

“O desemprego tornou-se a maior preocupação dos brasileiros”

Eis a íntegra do “Documento dos Empresários”, do Fórum Gazeta Mercantil:

Nenhum país escapou aos efeitos destrutivos da crise. Nem por isso devemos atribuir nossas dificuldades apenas aos distúrbios da ordem econômica internacional. Temos que reconhecer nossa responsabilidade pelo agravamento dos problemas que ora nos afligem. Mas não será pela recessão sem destino que o Brasil alcançará seu futuro.

A tradição do povo brasileiro legou-nos o compromisso de avançar em meio às dificuldades. Ao abalo provocado pela primeira Revolução Industrial respondemos com a Independência, com a manutenção da integridade nacional e com a expansão cafeeira. Os transtornos da Grande Depressão do final do século 19 foram rechaçados pela Abolição da Escravatura, pela Proclamação da República e pelos primeiros passos da indústria. O desafio de 1929 foi contestado por uma vigorosa política de industrialização que erigiu as bases do Brasil moderno. Nas incertezas dos anos cinquenta saltamos etapas com a estratégia grandiosa do Plano de Metas.

Temos a convicção de que não faltará aos brasileiros a força de sua herança. O País está preparado para acompanhar as transformações que criarão uma nova era para a humanidade. Contamos com uma indústria moderna e diversificada, uma agricultura capaz de responder com dinamismo às exigências do mercado interno e externo e com uma estrutura de serviços avançada e eficiente. Nossa base de recursos naturais é generosa. Poucas economias possuem tantas possibilidades de reequilibrar seu balanço energético, superando a dependência do petróleo importado. Os trabalhadores brasileiros têm demonstrado uma invejável dedicação e criatividade. Nas universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas já dispomos de requisitos humanos para um promissor desenvolvimento tecnológico e científico. E o empresariado tem impulsionado o progresso.

São mais fortes os motivos da esperança. Sabemos que a comunidade brasileira está disposta ao sacrifício para alcançar seu destino. Sabemos, também, que numa sociedade democrática este sacrifício tem que se decidir pela forma de diálogo e do entendimento. É nesse espírito que oferecemos à Nação um conjunto articulado de idéias que possa orientar a reconstrução do País. Estamos conscientes da complexidade de nossos problemas. Mas com altivez erguemos um Brasil livre, próspero, justo e soberano.

I

A mudança de rumos que estamos propondo começa por uma profunda reorganização financeira interna. As taxas de juros exorbitantes e o ciclone especulativo do “open-market” são apenas os sintomas da desordem das finanças do Estado e da inadequada estrutura de capital e de financiamento do setor privado. No ponto a que chegamos, as medidas paliativas contribuem somente raramente para o adensamento do clima de incerteza que sufoca o espírito empresarial.

Nos últimos anos, a política econômica, com o propósito de atrair moeda estrangeira, transformou o dólar em unidade de referência para as transações internas. Este processo de “dolarização” da economia brasileira atingiu a dívida do Estado e de suas empresas e contaminou o sistema bancário e as empresas privadas nacionais. A ampliação das relações internas de débito e crédito em moeda estrangeira, induzida pelo Governo, trouxe sérias consequências. Diante do risco cambial implícito nestas operações há um duplo movimento: os devedores procuram defender a solvabilidade de seu patrimônio antecipando a liquidação de suas obrigações em dólares, os aplicadores concentram suas operações nos ativos denominados em dólares. Daí decorre uma arbitragem do mercado no sentido de que as taxas de remuneração e de empréstimo sejam determinadas pelas expectativas acerca das variações cambiais. Na situação de asfixia cambial aguda que atravessamos, este fenômeno provoca a elevação generalizada das taxas de juro. Isto é agravado por uma expressiva contração de liquidez derivada do desequilíbrio entre ingresso de recursos externos e o fluxo de pagamentos do contravalor em cruzéis ao Banco Central.

Qualquer tentativa de baixar substancialmente as taxas de juros haverá de levar em conta esta questão. Várias têm sido as soluções apresentadas. A mais indicada para o momento brasileiro é a que transfere para o Estado a responsabilidade dos débitos em dólares. Esta medida é necessária para o saneamento financeiro das empresas públicas — responsáveis por dois terços da dívida total — das empresas privadas e para salvaguarda do sistema bancário. É mister que ao se adotar esta decisão se acate o interesse das finanças do Estado com contrapartidas adequadas.

No caso da dívida pública expressa em dólares, a solução seria pressão em dólares, a solução seria

Empresários preferem renegociação



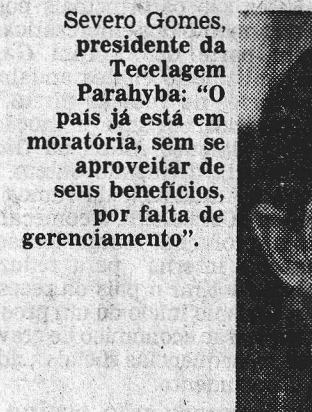
Antônio Ermírio de Moraes, superintendente do Grupo Votorantim: “A renegociação da dívida é o único caminho, mas deve haver também uma renegociação de juros e spreads. Moratória para um país que depende de importação de petróleo seria muito penosa”.



Mário Garnero, presidente do Grupo Brasilinvest: “A renegociação da dívida externa será bem recebida pelos banqueiros internacionais, e teremos tempo para derrotar a inflação, o grande problema da nossa economia”.



José Mindlin, presidente da Metal Leve: “Moratória é para quem pode. O Brasil não, porque não tem reservas. Temos de renegociar nossa dívida com os banqueiros e governantes de outras nações”.



Severo Gomes, presidente da Tecelagem Parahyba: “O país já está em moratória, sem se aproveitar de seus benefícios, por falta de gerenciamento”.



Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú: “O principal a fazer, antes de renegociar, é realizar uma programação para desenvolver os setores financeiro e industrial do país. Depois, sim, vamos renegociar. Este é o caminho”.



Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau: “A renegociação é o que indica o bom senso. Creio que ainda temos bom senso”.



Estas opiniões sobre a renegociação da dívida externa brasileira são das participantes do Fórum Gazeta Mercantil e foram extraídas de entrevistas concedidas ontem, em São Paulo. Com exceção da entrevista de Mário Garnero, realizada quinta-feira da semana passada.

substituí-la por títulos de curto prazo, negociados com deságio — as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), que são instrumentos apropriados de regulação da liquidez e devem tão-somente resguardar o valor dos saldos de caixa das empresas e dos bancos.

A dívida pública de longo prazo ficará restrita aos títulos com correção monetária e juros, emitidos, com garantia do Tesouro, pelos bancos de desenvolvimento oficiais.

O reequilíbrio das finanças do Estado não se esgota porém na administração sadia da dívida pública. Já há consenso sobre a necessidade de aprimoramento do sistema tributário brasileiro. A carga fiscal terá que ser reformulada por ser insuficiente, mal distribuída e seus recursos mal administrados. Além disso, nos últimos anos, ampliou-se a diferença entre a carga bruta e a carga líquida, por conta da multiplicação dos incentivos e subsídios. É preciso extirpar de vez o casuísmo tributário coibindo-se a criação de novos impostos durante o exercício fiscal.

Não é admissível que os ganhos patrimoniais, especialmente os derivados da especulação financeira, permaneçam imunes aos sacrifícios exigidos neste momento. Uma das condições para taxaçaõ eficaz do enriquecimento derivado da variação do valor do patrimônio é a supressão dos títulos ao portador e sua substituição por outros, nominativos e endossáveis. Ademais é preciso uma revisão rigorosa dos incentivos fiscais, pouco eficientes do ponto de vista alocativo e danosos no que respeita à evolução da receita pública e à distribuição de renda. Entendemos que devem ser adotadas formas de melhor atribuição da competência tributária entre a União, os Estados e os Municípios.

Para que se complete o processo de saneamento financeiro do setor público, faz-se necessário disciplinar a atuação das empresas estatais. A política econômica deve preservar a capacidade produtiva dos setores estratégicos (insussumos básicos, energia, petroquímica, mineração, telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro. É providência urgente atender à capitalização destas empresas de forma que o custo do excessivo endividamento, a que foram induzidas a incorrer no passado, não coloque em risco a economicidade da produção corrente. A “desdolarização” é condição básica para que isso se verifique. Mas há outro aspecto igualmente relevante: sua política de preços deve refletir a variação dos custos unitários de produção mais uma margem normal de lucro sem que se pretenda repassar para o conjunto da indústria o ônus dos pesados compromissos financeiros. Esta questão só poderá ser resolvida se reconhecermos que parte da dívida externa das empresas estatais é, na verdade, de responsabilidade do Tesouro Nacional que deverá suportar este encargo.

As empresas estatais sem qualquer possibilidade de recuperação precisam ser imediatamente fechadas, e aquelas não diretamente produtivas — constituídas para fraudar as regras orçamentárias — devolvidas à administração direta. Finalmente, resta apontar para a urgência de se estabelecer regras de controle público para as empresas estatais. A subordinação formal ao Estado não tem impedido que as empresas públicas freqüentemente cometam desmandos de toda ordem, tomando decisões que desconsideram as normas elementares da racionalidade econômica. É importante que o Congresso Nacional

aprove uma lei regulando a criação, objetivos, operação e normas de fiscalização das empresas estatais. Essa lei deve estabelecer com clareza os limites de endividamento das estatais em relação à evolução do capital próprio.

Todo este processo de reorganização fiscal e financeira do Estado deverá culminar com a unificação dos orçamentos, para que se torne transparente a distribuição e os critérios de aplicação dos recursos públicos. Caberá ao Congresso Nacional a discussão e aprovação da peça orçamentária unificada.

Quanto ao sistema financeiro privado, é necessário preservá-lo e ampliar suas funções. Discordamos, portanto, dos que advogam sua estatização ou querem favorecer sua desnacionalização. Ambas as soluções trariam graves riscos para a sobrevivência da empresa privada nacional. A reforma financeira deverá criar condições para que os bancos privados possam participar ativamente das transformações do sistema produtivo. Uma ligação mais íntima entre o sistema bancário, a indústria e os serviços é o pré-requisito para que a empresa nacional seja capaz de liderar as mudanças tecnológicas e de escala impostas pela modernização que está ocorrendo nos países mais avançados.

O sistema financeiro de habitação, na forma em que está constituído, dá evidentes sinais de fadiga. Com a desaceleração da economia, a queda do nível de emprego e o recrudescimento da inflação, estabeleceu-se uma descontinuidade entre as estruturas de captação de fundos e as condições de aplicações dos recursos. A manutenção deste desequilíbrio coloca em perigo a saúde do sistema. Sugerimos que as disponibilidades para aplicação do Fundo de Garantia sejam destinadas exclusivamente à habitação popular e ao saneamento básico. Recomenda-se que as prestações passem a representar uma percentagem fixa dos salários dos beneficiários, e as amortizações das finanças públicas. Esta mudança deve ser promovida progressivamente, para evitar traumas sobre os passivos já assumidos pelas instituições do sistema.

A reorganização do sistema público e privado de financiamento é condição prévia para o combate eficiente ao gravíssimo problema da inflação. Em primeiro lugar porque debela os focos de especulação financeira, cambial e mercantil que impedem o alinhamento dos preços relativos e tornam incerta e desestimulante a atividade produtiva. Em segundo lugar porque permite a execução de uma política monetária e creditícia compatíveis com uma expansão ordenada da liquidez.

Além disso, o patamar já atingido pela inflação recomenda a adoção de uma política de rendas que compatibilize os reajustes de preços e salários. Como regra geral, os critérios de correção de valores devem ser estabelecidos e fiscalizados pelas partes interessadas com a arbitragem do Estado. O controle de preços — remédio extremo — deverá ser temporário e se restringir aos setores de maior poder de mercado. Diante da desigualdade social brasileira, não se pode deixar de proteger a base dos salários e seu respectivo poder de compra.

II

O disciplinamento das finanças públicas e privadas abrirá caminho para uma estratégia de crescimento de longo prazo. As lições do passado recomendam que qualquer reativação da economia seja feita de

maneira ordenada, com a preservação das bases que construímos, mas tendo como meta as transformações que se delineiam no horizonte, acompanhando a nova onda de renovação tecnológica. Por isto a concepção deste programa deve contemplar a definição de setores prioritários incumbidos de irradiar um dinamismo duradouro ao conjunto das atividades econômicas.

O esforço para mudar a matriz energética pode ser redobrado: o uso do álcool deve ser estendido imediatamente ao transporte coletivo urbano e de carga e aos tratores agrícolas. A utilização da eletrotermia tem condições, se devidamente estimulada, de substituir rapidamente e, em grande escala, o óleo combustível, o óleo diesel e o gás liquefeito de petróleo. A continuidade e o aperfeiçoamento da política de informática serão decisivos para que a produtividade do parque manufatureiro se mantenha em linha com a evolução dos países desenvolvidos. O domínio da informática é tão crucial, hoje, para o progresso da indústria e dos serviços como o foram, no passado, a eletricidade, o aço, a química e a metalurgia dos não-ferrosos.

A recente modernização da agricultura brasileira impõe políticas mais estáveis no que diz respeito à fixação de preços mínimos, crédito e assistência técnica. É uma reivindicação antiga mas que ainda não foi plenamente atendida. O Brasil está atrasado nas práticas de proteção à agricultura, que, aqui, são relativamente débeis se comparadas com os procedimentos dos países europeus e dos Estados Unidos. A despeito disto, o agricultor brasileiro tem respondido com eficiência e rapidez aos estímulos que lhe têm sido proporcionados. A modernização do complexo agropecuário, a incorporação de novas áreas disponíveis e o melhor aproveitamento das já ocupadas são requisitos para que se garanta o abastecimento interno de alimentos e matérias-primas a preços compatíveis e para o avanço da exportação de produtos primários.

A prioridade conferida à agricultura terá de ser efetivamente cumprida, para permitir, inclusive, o amortecimento do exodo rural que vem agravando o desemprego nas cidades.

O desemprego tornou-se a maior preocupação dos brasileiros.

No âmbito urbano o fenômeno já atingiu proporções alarmantes com o declínio da atividade econômica nos últimos três anos. Basta dizer que o emprego industrial, em São Paulo, regrediu aos níveis de 1973. Ao desaparecimento de postos de trabalho deve-se adicionar a expansão do subemprego e a falta de oportunidade para os milhões de jovens, depositários do investimento educacional brasileiro, que a cada ano se apresentam em condições de trabalhar.

Ademais, o progresso inevitável da automação tornará redundantes, a longo prazo, dezenas de profissões. A marginalidade a que é submetida boa parte da juventude brasileira precisa ser enfrentada com uma eficiente política de emprego e por um planejamento familiar responsável, que respeite a liberdade e busque o resguardo da dignidade humana. Não é de hoje que as várias lideranças da sociedade vêm clamando por estas medidas. E elas são fundamentais.

No Brasil qualquer política de emprego tem como pressuposto a retomada do crescimento econômico. Esta é uma condição necessária, porém não suficiente. Ao Estado caberá programar os investimentos públicos de forma a maximizar a geração de empregos por unidade de gasto e colaborar com a iniciati-

va privada no retreinamento dos trabalhadores deslocados pelo avanço das técnicas.

Há poucas dúvidas sobre a composição desejável dos gastos governamentais. Os investimentos na área social são exatamente aqueles que mais empregam, além de enfrentarem as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação popular, transportes coletivos urbanos e defesa do meio ambiente.

III

O programa interno, cujas linhas gerais acabamos de sugerir, é precondição para adotarmos uma nova atitude na renegociação da dívida externa.

As condições que incentivaram o rápido e intenso endividamento da maioria dos países da periferia desapareceram desde o início da década. A recessão generalizada trouxe consigo uma forte retração do comércio mundial. As economias em desenvolvimento foram duramente atingidas quer pela redução das taxas de crescimento das trocas internacionais, quer pela intensa deterioração das relações de intercâmbio. O Brasil não fugiu à regra.

A queda do ritmo de expansão do comércio mundial foi acompanhada por uma paralisação das relações financeiras. A política econômica dos Estados Unidos provocou uma ascensão sem precedentes das taxas de juro e um estreitamento da disponibilidade de fundos para o giro da enorme dívida acumulada. As possibilidades de se obter recursos novos tornaram-se mínimas. Nestas circunstâncias, o desequilíbrio cambial das nações endividadadas converteu-se num grave problema estrutural, cuja solução definitiva escapava às normas convencionais de gestão, ainda prisioneiras do abalado sistema nascido em Bretton Woods. Apesar de urgente, a reconstrução da ordem econômica internacional tem encontrado resistências nas atitudes miopes dos países líderes do mundo ocidental.

Está claro que sem reformas de profundidade será inviável uma recuperação sustentada do comércio mundial e a normalização dos fluxos financeiros, com taxas de juro compatíveis. É irrealista acreditar que o estrangulamento externo da economia brasileira possa ser dirimido pela ação espontânea do mercado. Como quase todos, pensamos que é indispensável, neste momento, um programa global de reatualização do mundo capitalista. Também é improvável que medidas desta amplitude sejam tomadas num horizonte previsível.

É

preciso que nossos credores e Governos de países amigos compreendam que é uma temeridade submeter o País a um ajuste recessivo sem tempo certo de duração e com resultados danosos ao interesse do Brasil. A retração prolongada da atividade produtiva conduzirá inevitavelmente à derrocada da empresa privada brasileira e poderá até colocar em risco a permanência do sistema de livre iniciativa. As empresas nacionais serão tragadas pela voragem das quebras e falências. Além disso, a obsolescência do parque manufatureiro será incontornável se não mantivermos nossa capacidade de investimento e de renovação tecnológica. Nesta perspectiva podemos afirmar que estamos no início de um processo de regressão econômica, de gravíssimas consequências sociais. Este país complexo, com elevado grau de urbanização, com padrões dinâmicos de mobilidade social e, ao mesmo tempo, com um enorme contingente de mi-

seria absoluta, não terá meios de acomodar as tensões originadas pelo desemprego e pela queda dos salários reais. Este cenário é intolerável para os brasileiros e indesejável para o mundo ocidental.

Devemos tentar evitar uma ruptura unilateral, voluntária ou involuntária, com a comunidade financeira internacional. Primeiro porque isto seria lesivo aos interesses do Brasil, e segundo porque poderia levar à desestabilização do sistema privado de crédito em escala mundial.

O desequilíbrio externo da economia brasileira só será equacionado, no futuro imediato, se adotarmos uma nova atitude na renegociação da dívida. Esta mudança de atitude deve começar pela restauração do clima de credibilidade externa e interna. Nosso objetivo é viabilizar o crescimento ordenado da economia e a rápida recomposição das reservas de divisas, condição básica para o pleno exercício da soberania nacional.

É

imprescindível, portanto, um acordo com os bancos estrangeiros que assegure a renovação automática dos pagamentos referentes ao principal e aos juros pelo prazo mínimo necessário. O acordo deve estipular taxas de juros suaves, portáteis, condizentes com a evolução de nossa capacidade de pagamento. Isto envolverá entendimentos com os Governos e Bancos Centrais dos países credores e com os organismos multilaterais.

Paralelamente às negociações para o rescalonamento da dívida externa, precisamos prosseguir nos esforços de incrementar as exportações. É patente do desequilíbrio entre o potencial produtivo da economia brasileira e nossa participação no comércio internacional. Esta assimetria não pode permanecer. Para superá-la é necessário, antes de mais nada, que se preserve a taxa de câmbio como instrumento de competitividade dos produtos nacionais. Deve-se insistir na multiplicação dos acordos bilaterais, inclusive programas de exportações conjuntas. Finalmente, recomendamos que se intensifique a ação sobre as nações industrializadas para quem abram mão das práticas protecionistas e retaliatórias. Neste aspecto, é da maior conveniência a colaboração das empresas estrangeiras que podem desenvolver uma ação política e comercial de abertura e ampliação de mercados.

Todas estas providências, somadas a uma vigorosa política de substituição de importações, permitirão aliviar o estrangulamento externo.

IV

Em 1978, por ocasião do primeiro Documento dos Empresários”, afirmamos nosso inabalável compromisso com a democracia.

Dizíamos então: “O desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classe — o regime democrático. Mais que isto, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas”.

É inegável que a abertura democrática deu passos significativos: a reconquista da liberdade de imprensa, a revogação do Ato Institucional nº 5, a anistia tão ampla quanto reivindicavam as oposições e, recentemente, a realização de eleições diretas para os Governos estaduais. E isto deve ser creditado, antes de tudo, ao discernimento do Presidente Ernesto Geisel e à determinação do Presidente João Figueiredo.

A plena democracia é um grande anseio nacional. A total reinstitucionalização do País pressupõe a independência dos três Poderes. Exige uma clara manifestação de coragem, de civismo e de desprendimento. Reclama iniciativas coordenadas, com a participação de todos os segmentos da sociedade, para fazer das decisões do Estado o reflexo da vontade da Nação.

Para tanto, é fundamental o livre debate que conduza a um entendimento amplo em torno de um programa de austeridade compreendido e aceito, capaz de unir os brasileiros, de distribuir com equidade os sacrifícios e de restabelecer a credibilidade, requisito indispensável para a construção do BRASIL VIÁVEL.

Antônio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal, Cláudio Bardella, Abílio dos Santos Diniz, Laerte Setúbal Filho, Mário Bernardo Garnero, José Ermírio de Moraes Filho, Jorge Gerdau Johannpeter, José E. Mindlin, Paulo D'Arrigo Vellinho, Severo Fagundes Gomes, Paulo Diederichsen Villares, Manoel da Costa Santos